

José Barreto

O programa da OCDE para a elaboração de indicadores sociais

O programa da OCDE para a elaboração de indicadores sociais foi criado em 1970, na sequência de uma declaração dos ministros dos países membros sublinhando que «o crescimento não é um fim em si, mas antes um meio de criar melhores condições de vida; é necessário prestar maior atenção aos seus aspectos qualitativos e definir políticas a seguir relativamente às grandes opções económicas e sociais que a distribuição de recursos crescentes implica». Numa primeira fase da execução deste programa, terminada provisoriamente em 1973, foi estabelecida uma lista das preocupações sociais comuns à maioria dos países membros da OCDE. Após aprovação da lista pelo Conselho daquela organização, iniciou-se a segunda fase dos trabalhos, que devia conduzir à elaboração de uma série de indicadores sociais correspondentes às preocupações sociais enunciadas. Em 1976 foi publicado pela OCDE um primeiro relatório, intitulado *A Medida do Bem-Estar Social*¹, expondo os resultados dos dois primeiros anos desta fase dos trabalhos e apresentando um «Quadro das preocupações sociais e dos indicadores sociais», adiante reproduzido em anexo.

O presente texto pretende dar a conhecer resumidamente os objectivos deste programa da OCDE, assim como o conteúdo do referido relatório.

1. Apesar da notável expansão económica registada na maioria dos países da OCDE até ao princípio dos anos 70, a que indubitavelmente se ficou a dever uma elevação do nível de vida material da população, a *qualidade da vida* foi suscitando crescentes preocupações em numerosos meios sociais desses países. As atenções voltar-se-iam cada vez mais para os aspectos qualitativos do crescimento, sendo frequentemente denunciadas as suas consequências «secundárias» desfavoráveis e chegando-se a pôr em causa o próprio objectivo do crescimento económico. Por outro lado, continuava no centro dos debates a questão de saber se todas as camadas da sociedade beneficiavam das vantagens proporcionadas pela expansão.

O acrescido interesse pelo *bem-estar social* incitaria os universitários e os políticos a reclamarem uma melhoria dos métodos utilizados para medir os resultados do sistema socioeconómico, necessidade também sentida por organizações internacionais como a ONU, a OIT, a UNESCO

¹ *Mesure du bien-être social — Progrès accomplis dans l'élaboration des indicateurs sociaux*, Paris, OCDE, 1976.

e a OMS. Preconizou-se a elaboração de indicadores sociais, a fim de completar as estatísticas que até aí davam uma medida exclusiva ou predominantemente económica dos resultados da expansão e que, por esta razão, se não prestavam à avaliação da «qualidade da vida» ou «bem-estar social». Surgira, inclusivamente, a proposta de criação de um indicador global do bem-estar ou da «felicidade» (Sicco Mansholt), a contrapor aos tradicionais índices económicos globais. Proposta de valor apenas simbólico, dado que a elaboração de um indicador único e global do bem-estar social se afigura tarefa altamente problemática e de reduzido interesse.

Se bem que os economistas jamais tenham defendido que o crescimento económico é o objectivo último da sociedade, até data recente era geralmente atribuída uma importância decisiva ao crescimento em si. A prova, de certo modo irónica, está em que a própria OCDE — agora preocupada em abordar numa óptica radicalmente nova certas questões do desenvolvimento socioeconómico — fora incumbida, quando da sua criação, em 1960, da promoção de políticas visando fundamentalmente a «mais forte expansão possível» da economia dos países membros e do comércio mundial. A perspectiva de esgotamento dos recursos energéticos e outros, as múltiplas formas de poluição, as consequências duvidosas de numerosas políticas de distribuição, a alta dos custos e diversos outros factores acabariam, contudo, por abalar seriamente a fé inicialmente posta no crescimento. O conceito de riqueza material alargar-se-ia, para ter em conta certos bens «raros», como a água doce, o ar puro, o silêncio, o equilíbrio ecológico, o espaço livre, etc., que se destroem ou esgotam à medida que aumentam as quantidades de produtos e serviços tradicionalmente considerados importantes. Embora, na actualidade, tais problemas respeitem mais particularmente aos países economicamente desenvolvidos, é evidente o seu carácter universal: por um lado, qualquer país do mundo, independentemente do seu estágio de desenvolvimento económico, se encontra desde já confrontado com problemas do crescimento e, principalmente, com as opções e alternativas que o crescimento ulterior implicará; por outro lado, os problemas do crescimento nos países mais desenvolvidos têm repercussões conhecidas nas relações com os países menos desenvolvidos (basta lembrar a tendência para a exportação de certos aspectos negativos do crescimento dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos — indústrias poluentes, trabalho desqualificado, etc.).

Tornara-se urgente a necessidade de aquisição de uma perspectiva nova. Na já citada declaração dos ministros da OCDE, em 1970, o crescimento e, conseqüentemente, o conjunto dos objectivos puramente económicos apareceram explicitamente considerados como meios de atingir um objectivo mais fundamental — «melhores condições de vida». Não bastaria, contudo, encontrar um nome para esse objectivo fundamental — «qualidade da vida», «bem-estar social» ou qualquer outro. Antes de tudo, e se o objectivo global das políticas é o de melhorar o bem-estar social ou a qualidade da vida, era necessário tornar *operacionais* estes conceitos. O debate público e a tomada de decisões pelos governantes deviam ser fundamentados nomeadamente por sistemas estatísticos que permitissem determinar o nível da qualidade de vida e a evolução desse nível no tempo. Foi precisamente para estes fins que foi criado o programa de indicadores sociais da OCDE.

2. Uma primeira observação relativa à orientação geral deste programa da OCDE: foi escolhida uma via considerada «muito pragmática», tradu-

zida na circunstância de os princípios orientadores terem sido estabelecidos por acordo entre os diversos países membros e de se ter recorrido, para as diversas fases de execução do programa, aos especialistas desses mesmos países. Os resultados obtidos testemunham o grau de entendimento atingido entre os países membros relativamente aos indicadores sociais já estabelecidos e aos que deverão ser elaborados ou aperfeiçoados no futuro. De um modo geral, todo o programa foi concebido de forma a responder às necessidades dos países membros. O pragmatismo desta orientação pode, contudo, suscitar certas reservas ou dificuldades, atendendo às características bem particulares do grupo de países membros da OCDE. Assim, surgirão possivelmente dúvidas quanto à aplicabilidade das preocupações e indicadores sociais aos países e grupos de países não membros daquela organização, bem como aos diversos contextos nacionais no interior da própria OCDE. Em relação a Portugal, por exemplo, podem levantar-se tais problemas, embora não devam ser considerados insolúveis: no âmbito do programa da OCDE, Portugal integra um grupo de países particularmente interessados na questão e que estudam a possibilidade de aplicar certas preocupações e indicadores sociais aos contextos nacionais particulares.

3. Definem-se em seguida os conceitos que ocupam um lugar central neste programa: *bem-estar social*, *preocupação social*, *indicador social*.

A expressão adoptada no programa da OCDE, *bem-estar social* (*social wellbeing*, *bien-être social*), utilizada como sinónimo de *qualidade de vida*, pretende significar o bem-estar global dos *indivíduos*, e não o bem-estar «societal» — conceito que englobaria uma tomada em consideração das estruturas institucionais da sociedade, o que não pertence aos objectivos do programa da OCDE. O sistema político só indirectamente entra em linha de conta, na medida da sua influência sobre o bem-estar dos indivíduos.

A tentativa de operacionalização do conceito de *bem-estar social* defronta um primeiro grande obstáculo: o da inevitável intervenção de juízos de valor. A evolução histórica e os valores culturais podem de tal modo diferir de país para país, e mesmo no interior de cada país, que parecerá absurdo tentar tornar operacional universalmente o conceito de bem-estar social. Também não resultou até hoje nenhuma tentativa de definir de modo científico e universalmente aplicável as *necessidades fundamentais do homem* e ainda menos o seu *modo de satisfação*. Mostram-se igualmente vãs as tentativas de estabelecimento de uma *hierarquia* dos elementos constituintes do bem-estar.

A única saída que pareceu viável aos responsáveis pela execução da primeira fase do programa da OCDE consistiu em considerar como questões até certo ponto distintas a *identificação* dos problemas que têm uma relação directa com o bem-estar e a *avaliação* desses problemas com vista à definição de uma linha de acção e ao estabelecimento de prioridades. A mera identificação dos elementos do bem-estar também fez certamente intervir os juízos de valor. Convém, no entanto, não confundir as duas coisas. A avaliação dos elementos do bem-estar e dos meios de os influenciar com vista à definição de uma linha de acção constitui uma operação que releva muito mais do domínio das decisões políticas do que a simples identificação (selecção) desses elementos. Partiu-se aqui do seguinte pressuposto: existe

uma similitude intercultural e intertemporal na *composição* do bem-estar social; mas altera-se necessariamente a hierarquia desses componentes as suas causas e os meios de os influenciar, logo, as políticas também. Fora do âmbito do programa da OCDE ficou, por esta razão, a avaliação dos elementos de bem-estar com vista à fixação de prioridades e ao estabelecimento de objectivos, tarefa do domínio de competência das políticas governamentais e da política em geral.

A primeira fase do programa de elaboração de indicadores sociais consistiu, pois, na *identificação* dos elementos de bem-estar, de que resultou uma *lista das preocupações sociais* (e suas subdivisões). A expressão *preocupação* social significa uma aspiração ou preocupação que é possível identificar e definir e que assume uma importância fundamental e directa para o bem-estar humano. Numa segunda fase passaram a desenvolver-se para cada preocupação social os respectivos indicadores, destinados à medida do «nível de bem-estar» em cada um dos aspectos.

No programa da OCDE, o «indicador social» é definido como uma medida estatística directa e válida que permite observar o nível e as variações no tempo de uma determinada preocupação social. A exigência de validade directa é fundamental, dado o cuidado posto na formulação das preocupações sociais. Por exemplo, um indicador de anos de ensino formal não pode ser um indicador válido dos *resultados* da educação/aquisição de conhecimentos. Por outro lado, um indicador válido e directo pode corresponder integralmente à preocupação social definida ou apenas a um seu aspecto, pelo que é muitas vezes necessário e possível elaborar vários indicadores para uma mesma preocupação social². É ainda essencial que os indicadores sociais sejam susceptíveis de desagregação e agregação, de modo a adaptarem-se às diferentes finalidades, analíticas ou sintéticas, da informação. Em relação com a agregação de indicadores, referiu-se atrás a impossibilidade (e a inutilidade) de criação de um indicador único e global para o bem-estar social. Além disso, a busca de instrumentos de medida mais próximos do conceito de bem-estar acarretou maiores dificuldades técnicas para a agregação, em virtude da multiplicidade das unidades de medida. Em todo o caso, o programa da OCDE considera desejável ir-se tão longe quanto possível na agregação de indicadores, isto é, na combinação de diferentes aspectos do bem-estar num só indicador. Uma possibilidade será talvez a elaboração de um indicador agregado para cada um dos grandes domínios de preocupações sociais.

4. Foi rejeitada à partida a hipótese de a elaboração de indicadores sociais se basear essencialmente nos dados estatísticos à data existentes, uma vez que fora justamente a insuficiência das bases de informação de que dispõem os governos que conduziu à busca de indicadores sociais válidos. O caminho escolhido foi, portanto, o da definição prévia, tão precisa quanto possível, das necessidades de dados e, posteriormente, a satisfação dessas necessidades. Não se excluiu, contudo, a utilização de fontes e de dados estatísticos já existentes, quer a título provisório, quer também quando esses dados são considerados válidos do ponto de vista das preocupações sociais previamente definidas. Com efeito, não se pode

² Em certos casos, a título provisório, prevê-se a utilização de certos indicadores não directamente válidos, ditos de substituição.

dizer que as estatísticas sociais sejam uma novidade, embora até hoje elas tenham tido *maior tendência a reflectir as actividades de organismos administrativos do que propriamente a situação da sociedade.*

Basta passar em revista algumas das preocupações sociais já definidas no programa da OCDE para nos apercebermos claramente da insuficiência e inadequação dos dados estatísticos tradicionais e, conseqüentemente, da necessidade de elaboração de novos indicadores. Por exemplo, o programa concede um importante lugar a preocupações sociais relacionadas com os chamados *elementos subjectivos do bem-estar*, aos quais correspondem indicadores de *percepção* ou *satisfação*. Exemplos desses elementos subjectivos são a satisfação proporcionada pela vida de trabalho ou a percepção de ameaças violentas (naturalmente, a elaboração dos respectivos indicadores terá de se basear em dados recolhidos por meio de inquéritos). A *acessibilidade* dos meios de bem-estar existentes é outro elemento do bem-estar a que o programa da OCDE dá grande destaque e cujos indicadores implicam igualmente o recurso a novas fontes estatísticas. A *acessibilidade económica* do alojamento ou dos cuidados médicos e a *acessibilidade física* dos serviços e empregos (medida em tempo ou distância de percurso) são exemplos destes novos indicadores. Os próprios elementos «tradicionais» do bem-estar, como, por exemplo, a situação económica dos indivíduos, são abordados no programa da OCDE segundo uma óptica mais qualitativa. Preocupações tradicionais, como as relativas ao consumo ou à posse de uma série de produtos e bens, são substituídas por preocupações respeitantes à capacidade de informação e escolha do consumidor, garantia e qualidade dos bens e serviços, etc. No domínio do rendimento e fortuna pessoais, como, aliás, em todos os domínios, o programa da OCDE dá grande relevo às preocupações de justiça social e igualdade (repartição do rendimento e fortuna, número de indivíduos materialmente desfavorecidos). Os respectivos indicadores nem sempre poderão basear-se nas estatísticas existentes. Os lazeres, o meio ambiente físico, o meio social, a segurança das pessoas, as oportunidades sociais e a participação são outros tantos domínios de preocupações sociais para as quais o programa pretende elaborar indicadores, que, na sua maioria, não podem basear-se nas fontes de dados tradicionalmente disponíveis.

A abundância de indicadores «subjectivos» (percepção, satisfação) e de indicadores susceptíveis de detectar as desigualdades sociais reflecte bem toda a lógica deste programa da OCDE, a cuja criação, recorda-se, tinham presidido basicamente dois propósitos: averiguar os aspectos qualitativos dos resultados do crescimento (e a eficácia, em termos de melhoria do bem-estar, das políticas de afectação de recursos crescentes) e determinar em que medida as diferentes camadas sociais beneficiavam das vantagens proporcionadas pela expansão. Sobretudo o primeiro destes propósitos, como é compreensível, obrigou a conceder grande atenção aos elementos subjectivos, dada a dificuldade de uma aproximação «objectiva» do conceito de bem-estar e, dum modo geral, a dificuldade de medir a qualidade... Além disto, e em virtude da «nova perspectiva», o programa da OCDE, em geral, privilegia os indicadores de *resultados* (incidência ou efeitos), embora não deixe de atribuir grande importância aos indicadores de *meios* (*inputs*) e de *produtos* (*outputs*). A óptica tradicional, ligada à fé no crescimento económico, privilegiava, com efeito, estes dois últimos tipos de estatística, tendo-se posteriormente reconhecido a sua inadequação à

avaliação do bem-estar ou qualidade da vida. No entanto, estes indicadores continuam a ser essenciais para a compreensão das eventuais relações de causa e efeito entre os diversos tipos de meios, produtos e resultados³.

5. São múltiplos os contributos dos indicadores sociais, sendo de destacar a sua utilização na elaboração de *relatórios descritivos das condições de vida e bem-estar das populações*. Vários países vêm publicando já, com maior ou menor regularidade, relatórios deste tipo, baseados geralmente nas fontes de dados disponíveis⁴. Uma das funções a preencher por este tipo de relatórios pode ser a pesquisa dos domínios onde a intervenção de políticas se revela mais ou menos eficaz.

A apresentação de indicadores sociais nesses relatórios faz-se frequentemente em termos de comparações internacionais, intertemporais e intergrupos. As comparações internacionais, além da sua função normativa (nem sempre incontroversa), podem elucidar sobre o modo como os diversos sistemas e quadros institucionais contribuem para a melhoria dos níveis de bem-estar. As comparações intertemporais podem dar indicações sobre a eficácia das intervenções concretas dos poderes públicos em determinados domínios do bem-estar. As comparações intergrupos, designadamente através da desagregação de indicadores segundo estratos sociais ou outros grupos populacionais, revelam os níveis relativos de bem-estar das diversas categorias da população e podem, conseqüentemente, fornecer indicações para o estabelecimento de prioridades e a definição de políticas. Para este mesmo fim, devem ainda utilizar-se índices de dispersão, complementares dos indicadores de condições médias que cobrem populações numericamente importantes.

Além destas utilizações ou funções (descritiva, comparativa-normativa e de informação e controlo das políticas) os indicadores sociais contribuem ainda para a melhoria dos modelos explicativos e da informação em geral de que depende a investigação social, permitindo nomeadamente que a análise de causalidade repouse em avaliações quantitativas da incidência (e das inter-relações) de um conjunto de factores sobre o fenómeno ou processo social estudado. Será talvez um contributo «indirecto» do programa da OCDE, mas os especialistas responsáveis pela sua execução têm uma consciência muito nítida da importância da função analítica dos indicadores sociais, o que, de certo modo, vai influenciar a orientação dos trabalhos, assim como a apresentação dos resultados.

6. O programa de elaboração dos indicadores sociais consta de três fases: além das atrás já referidas fase I (identificação dos problemas a medir) e fase II (elaboração dos processos de medição), está prevista uma fase III, que constará da medição propriamente dita, em que serão, enfim, postos em prática os processos de medida já elaborados. Estas três fases do programa,

³ No domínio, por exemplo, da saúde, os *indicadores de meios* fornecem uma informação sobre a infra-estrutura sanitária existente (camas de hospital, pessoal médico e assistente, etc.); os *indicadores de produtos* informam sobre o funcionamento dessa infra-estrutura (doentes tratados, medicamentos consumidos, etc.); os *indicadores de resultados* informam sobre o estado de saúde da população (esperança de vida, taxa de incapacidades, etc.).

⁴ Em França, por exemplo, o INSEE acaba de publicar um volume intitulado *Données sociales* (1978), terceira edição de relatórios desse género (anteriores edições em 1973 e 1974).

mais do que etapas que se seguem no tempo, constituem seqüências de operações. Assim, os trabalhos da fase I (identificação das preocupações sociais) prosseguem mesmo após iniciadas as fases II e III, e isto com o fim de melhor definir ou adaptar as preocupações iniciais já identificadas. Dado que o programa se subordina simultaneamente às necessidades e possibilidades práticas, houve que proceder em muitos casos a simples aproximações e recorreu-se, quando necessário, a definições ou soluções de carácter provisório. Por exemplo, na fase II (elaboração dos processos de medição) distinguiu-se uma primeira tarefa — a *especificação* dos indicadores —, que pode coincidir ou não com a segunda tarefa — a *definição estatística precisa* desses indicadores. Em consequência deste eventual desfasamento, uma parte dos indicadores especificados no quadro adiante apresentado não têm ainda, no momento actual da execução do programa, uma definição estatística precisa. Por outro lado, como também se pode verificar no mesmo quadro, para cerca de metade das preocupações sociais já definidas ainda nem sequer se especificaram quaisquer indicadores, ou seja, não se iniciou ainda a fase II relativamente a essas questões.

Anexo

QUADRO DAS PREOCUPAÇÕES SOCIAIS E DOS INDICADORES SOCIAIS

As preocupações sociais, bem como os respectivos indicadores, encontram-se agrupados segundo vários grandes «domínios de objectivos» (oito na lista elaborada em 1973, nove no presente quadro). Na coluna (1) enumeram-se as preocupações sociais e suas subdivisões. Na coluna (2) encontram-se os respectivos indicadores. Na coluna (3) classifica-se a validade de cada indicador apresentado: A denota um indicador que corresponde integralmente à preocupação ou subdivisão enunciada, sozinho ou conjuntamente com outros indicadores mencionados; B denota um indicador que corresponde apenas parcialmente à preocupação ou subdivisão em causa, mesmo considerado conjuntamente com outros indicadores mencionados na lista; C denota, enfim, um indicador de substituição, ou seja, um indicador provisório e que não corresponde directamente à preocupação social enunciada, reconhecendo-se, no entanto, uma forte correlação com o aspecto que se pretende medir.

Quadro das preocupações sociais e dos indicadores sociais

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «A»: SAÚDE

A-1 <i>A probabilidade de viver com saúde ao longo de todo o ciclo de vida.</i>		
A-1-a Duração da vida.	1) Esperança de vida na idade de 1, 20, 40 e 60 anos.	A
	2) Mortalidade perinatal.	A
A-1-b Uma vida com saúde.	3) Proporção prevista da vida futura que passarão em estado de incapacidade os indivíduos não sofrendo de deficiência permanente na idade de 1, 20, 40 e 60 anos.	B

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «A»: SAÚDE (continuação)

A-2 <i>Os efeitos das alterações da saúde sobre os indivíduos.</i>	4) Proporção em certos grupos etários de pessoas sofrendo de incapacidade em virtude de uma deficiência permanente.	B
A-2-a <i>Melhoria da qualidade dos serviços de saúde a fim de reduzir o sofrimento e restabelecer as possibilidades de actividade.</i>	5) Mortalidade das parturientes(a).	C
A-2-b <i>Igualdade de acesso aos cuidados médicos.</i>	6) Acessibilidade física: Tempo médio decorrido entre o aparecimento de um caso de urgência (por exemplo, acidente, crise cardíaca) e o fornecimento de cuidados apropriados.	B
	7) Acessibilidade física: Tempo médio decorrido entre a constatação de uma perturbação funcional sem carácter de urgência e o fornecimento de cuidados apropriados.	B
	8) Acessibilidade económica(b): Rendimento disponível <i>menos</i> — despesas líquidas feitas pelos agregados familiares para o seguro de doença; — preço a tarifa inteira dos serviços de saúde utilizados pelos agregados familiares.	B
	Rendimento disponível <i>menos</i> — despesas líquidas feitas pelos agregados familiares para o seguro de doença; — preço líquido pago pelos agregados familiares para a utilização dos serviços de saúde.	

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «B»: EXPANSÃO DA PERSONALIDADE PELA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS

B-1 <i>A aquisição, manutenção e desenvolvimento por cada ser humano dos conhecimentos, competências e valores necessários à expansão da personalidade e ao futuro exercício das suas responsabilidades de cidadão.</i>	1) Proporção da população (em cada grupo) que adquiriu um nível determinado, medido numa escala específica, de conhecimentos, competências e valores (de base ou complementares).	A
---	---	---

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «B»: EXPANSÃO DA PERSONALIDADE PELA AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS (continuação)

B-2 <i>Os meios organizados de que dispõe o indivíduo para adquirir, manter e desenvolver os conhecimentos e as competências necessárias à expansão da personalidade e ao futuro exercício das suas responsabilidades de cidadão, assim como a utilização efectiva pelo indivíduo desses meios organizados.</i>	2) Ensino regular: Duração média, em anos, dos estudos feitos pela população no ensino regular.	B
	3) Educação dos adultos: Percentagem da população total que participou no ano precedente em actividades, não regulares, de formação.	B
	4) Acessibilidade física: Percentagem da população que vive a uma distância razoável determinada dos diferentes tipos de meios de ensino.	B
	5) Acessibilidade económica: Rendimento disponível <i>menos</i> — subsídios e bolsas recebidas; — custo total do ensino pós-obrigatório.	B
	Rendimento disponível <i>menos</i> — despesas líquidas dos agregados familiares a título de ensino pós-obrigatório.	B
B-3 <i>A satisfação sentida pelo indivíduo no decurso do processo de educação.</i>		
B-4 <i>A preservação e o enriquecimento do património cultural, tendo em conta a sua contribuição positiva para o bem-estar dos membros dos diferentes grupos sociais.</i>		

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «C»: EMPREGO E QUALIDADE DA VIDA DE TRABALHO

C-1 <i>A possibilidade de aqueles que o desejem acederem a um emprego lucrativo.</i>	1) Número médio de desempregados. Número médio de pessoas dispondo de um emprego + número médio de desempregadas.	B
	2) Número médio de pessoas procurando um emprego a tempo parcial. Número médio de pessoas dispondo de um emprego a tempo parcial + número médio de pes-	B

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «C»: EMPREGO E QUALIDADE DA VIDA DE TRABALHO
(continuação)

	soas procurando um emprego a tempo parcial.	
C-2 <i>A qualidade da vida de trabalho.</i>		
C-2-a Condições de trabalho.	3a) Taxa de acidentes industriais mortais.	B
	3b) Taxa de incapacidades industriais crónicas.	B
	3c) Taxa de incapacidades industriais temporárias.	B
C-2-b Remunerações e regalias anexas.	4a) Dispersão das remunerações (semanais) dos assalariados.	B
	4b) Remuneração (semanal) média dos assalariados na indústria X ou na profissão X.	B
	Remuneração (semanal) média do conjunto dos assalariados.	
C-2-c Tempo consagrado ao trabalho (e às obrigações decorrentes do trabalho) e férias pagas.	5) Número semanal de horas de trabalho efectuado por pessoa remunerada.	A
	6) Tempo quotidiano total médio gasto pelo empregado nos transportes entre a residência e o local de trabalho.	A
	7) Número anual de dias feriados e de férias pagas, por empregado.	A
C-3 <i>A satisfação proporcionada ao indivíduo pela vida de trabalho.</i>		
C-3-a Condições de trabalho.		
C-3-b Remunerações e regalias anexas.		
C-3-c Tempo consagrado ao trabalho (e às obrigações decorrentes do trabalho) e férias pagas.		
C-3-d Relações de trabalho, participação dos assalariados.		
C-3-e Hierarquização, autonomia.		

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «D»: TEMPO E LAZERES

D-1 <i>A possibilidade de cada um escolher o emprego do seu tempo.</i>	
--	--

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «D»: TEMPO E LAZERES *(continuação)*

D-1-a Flexibilidade das formas de arrumação do tempo de trabalho.

D-1-b Possibilidades de lazeres e qualidade da sua utilização.

D-1-c Tempo disponível para a cultura pessoal, relações familiares e actividades de participação social.

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «E»: SITUAÇÃO ECONÓMICA PESSOAL

E-1 *O rendimento e a fortuna pessoais.*

E-1-a Nível e repartição do rendimento.

Aspecto do nível do rendimento:

1) Rendimento médio disponível por pessoa.

A

Aspecto do nível do rendimento:

2) Coeficiente de Gini do rendimento disponível por indivíduo ou agregado familiar.

B

3) Parte do rendimento disponível total que cabe aos 1 %, 5 % e 20 % inferiores ou aos 1 %, 5 % e 20 % superiores.

B

E-1-b Nível e repartição da fortuna.

4) Coeficiente de Gini da fortuna individual disponível.

B

5) Parte do total da fortuna individual disponível detida pelos 1 %, 5 % e 20 % superiores.

B

E-2 *O número de indivíduos materialmente desfavorecidos.*

E-3 *A posição do consumidor na sociedade.*

E-3-a Possibilidade de cada um obter as informações que lhe permitirão fazer eficazmente escolhas de consumo.

E-3-b Garantia e qualidade dos bens e serviços.

E-4 *A protecção do indivíduo e das famílias contra os riscos económicos.*

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «E»: SITUAÇÃO ECONÓMICA PESSOAL (*continuação*)

E-4-a Medida em que os indivíduos e as famílias estão assegurados contra modificações desfavoráveis da sua situação económica, ou beneficiam de outros modos de protecção.	Indicador geral:	
	6) Indemnização recebida.	A
	Perdas brutas.	
	6a) Subsídio de desemprego recebido.	B
	Perda bruta de remuneração em virtude de desemprego total ou parcial ao longo do ano.	
	6b) Subsídio de doença recebido durante o ano precedente.	B
	Perda bruta de remuneração em virtude da baixa por doença (de curta e média duração) ao longo do ano.	
	6c) Prestações por invalidez durante o ano precedente.	B
	Perda bruta de remuneração durante o ano precedente em virtude de invalidez de longa duração ou permanente resultante de doença.	
E-4-b Medida em que os indivíduos e as famílias se sentem protegidos contra uma variação da sua situação económica.		

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «F»: MEIO AMBIENTE FÍSICO

F-1 <i>O meio ambiente criado pelo homem.</i>		
F-1-a Condições de alojamento.	1) Espaço interior: Percentagem de indivíduos vivendo numa habitação ocupada por menos de x pessoas por compartimento.	A
	2) Espaço exterior: Acesso a espaços de recreação privados ou públicos.	B
	3) Conforto: Percentagem de alojamentos dispendo de um quarto de banho ou chuveiro particular.	B

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «F»: MEIO AMBIENTE FÍSICO (continuação)

	4) Segurança de ocupação: Percentagem dos agregados familiares (ou dos indivíduos) efectivamente protegidos contra a expulsão por um período x.	A
	5) Acessibilidade económica: Rendimento disponível <i>menos</i> — Renda de casa (estimativa) definida no mercado. <hr/> Rendimento disponível <i>menos</i> — Despesas líquidas de renda de casa e renda (parcialmente imputada) dos alojamentos ocupados pelos seus proprietários.	B
F-1-b Acessibilidade física aos serviços e empregos.	Por exemplo: 6) Percentagem da população com acesso (a pé) a um estabelecimento de produtos alimentares situado num raio determinado.	B
F-1-c Nocividades.	Aspecto da poluição atmosférica: 7) Percentagem da população exposta a concentrações determinadas de poluentes atmosféricos num período dado.	A
	Aspecto do ruído: 8) Percentagem da população exposta a um nível sonoro expresso em Leq, ultrapassando um dado nível num período determinado.	A
F-2 O meio ambiente natural.		

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «G»: MEIO AMBIENTE SOCIAL

G-1 *Laços sociais primários e secundários (c).*

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «H»: A SEGURANÇA DAS PESSOAS E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

H-1 <i>As formas de violência efectivamente sofridas pelo indivíduo.</i>		
H-1-a Causadoras de morte ou traumatismos físicos.	1) Mortalidade por acontecimentos imprevistos.	A
	2) Número de incapacitados permanentes em resultado de acontecimentos imprevistos, por milhão de habitantes, em determinado ano.	A

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «H»: A SEGURANÇA DAS PESSOAS E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (continuação)

H-1-b Causadoras de traumatismos psicológicos.	3) Número de dias de permanência na cama devido a traumatismos físicos resultantes de acontecimentos imprevistos, não causando incapacidade permanente.	A
H-2 <i>Percepção de ameaças violentas.</i>		
H-2-a Da parte de outros indivíduos.		
H-2-b Da parte das instituições.		
H-2-c Provenientes do meio ambiente.		
H-3 <i>A administração da justiça.</i>		
H-3-a Igualdade perante o direito penal.	4) Proporção de detidos que não são autorizados a consultar um jurista competente nas 6, 12, 24 ou 48 horas seguintes à detenção.	B
	5) Proporção de arguidos que passam mais de uma semana/um mês/três meses/um ano em prisão preventiva antes de serem julgados.	B
	5a) Proporção de indivíduos em detenção provisória que são posteriormente condenados a uma pena de prisão, relativamente aos que foram libertados sob caução.	B
	5b) Proporção de pessoas em detenção provisória que são posteriormente declaradas inocentes ou não são condenadas a uma pena de prisão.	B
H-3-b Garantias mínimas e risco máximo dos arguidos no decurso de processo criminal.	6) Quociente penal, definido como a duração total real da detenção por habitante e por ano.	B
H-3-c Possibilidade de acesso aos serviços judiciais.	7) Tempo médio decorrido entre a notificação formal do processo e o julgamento definitivo. (Este indicador pode utilizar-se para H-3 a e H-3-b.)	B
H-3-d Poder discricionário em matéria judicial.		
H-4 <i>A confiança na maneira como é feita justiça.</i>		

Preocupações e subdivisões (1)	Indicadores (2)	Validade (3)
-----------------------------------	--------------------	-----------------

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «H»: A SEGURANÇA DAS PESSOAS E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (continuação)

H-4-a Na aplicação do direito penal.

H-4-b Na aplicação do direito civil.

H-4-c Nas práticas administrativas.

DOMÍNIO DE OBJECTIVOS «I»: OPORTUNIDADES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO

I-1 <i>O grau de desigualdade social.</i>	[Os indicadores relativos a esta preocupação social serão estabelecidos a partir da desagregação dos dados relativos a outros indicadores.]	
I-1-a Grau de desigualdade entre as camadas sociais.		
I-1-b Grau de mobilidade social.		
I-1-c Situações dos grupos desfavorecidos.		
I-2 <i>O grau de participação nas instituições e nos processos de decisão.</i>		

(a) Número de óbitos na população feminina devidos a complicações da gravidez, do parto e da maternidade durante um período determinado, dividido pelo número total de nascimentos na mesma população e durante o mesmo período.

(b) A fórmula geral dos indicadores de acessibilidade económica de um dado serviço é dada pelo quociente entre o rendimento disponível para todos os outros bens e serviços, pagando aquele serviço a tarifa inteira, e o rendimento realmente disponível para todos os outros bens e serviços.

(c) O domínio de objectivos G e a preocupação social G-1 foram recentemente introduzidos na lista das preocupações sociais, que, na sua forma original, havia sido estabelecida em 1973. A nova preocupação social, definida de forma ainda muito sumária e vaga, refere-se ao contexto em que os indivíduos se ligam e relacionam uns com os outros no dia-a-dia, quer na família (lar, agregado primário), quer noutros grupos de referência mais largos. O domínio de objectivos G incide pois sobre a escolha, o acesso, as limitações e a qualidade das diversas relações de afecto e dependência no decurso da vida dos indivíduos, quer vivam em família quer isolados.